

A Seca e o Progresso: a indústria da seca no Ipu-Ce¹.

Raimundo Alves de Araújo²
Edvanir Maia da Silveira³

RESUMO

Este artigo discute as ações do poder público municipal no Ipu-Ce, entre fins do século XIX e início do século XX para conter os problemas causados pelas secas de 1915, 1919 e 1932 e ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento regional, apropriando-se de recursos públicos destinados a atender aos flagelados. Miséria e progresso compõem o espaço urbano, o cotidiano ipuense e o discurso das elites locais.

Palavras-chave: Seca - Cidade – Progresso.

ABSTRACT

This article argues the actions of the municipal public power in the Ipu-Ce, between ends of century XIX and beginning of century XX to contain the problems caused for the droughts of 1915, 1919 and 1932 and at the same time, to promote the development regional, assuming itself of public resources destined to take care of the flagellates. Misery and progress compose the urban space, the daily ipuense and the speech of the local elites.

Key Words: It dries - City - Progress.

Introdução

A Vila Nova do Ipu grande, até a segunda metade do século XIX era um lugarejo perdido em meio às seculares trilhas coloniais que entrecruzavam os sertões bravis de Canindé e Quixeramobim, e as estradas acidentadas e íngremes que conduziam às fronteiras da fértil e isolada cordilheira da Ibiapaba. A famosa seca de 1877-79 dera partida a um conjunto de ações pontuais das autoridades no sentido de transformar a esquecida Vila numa plataforma de escoamento para a produção algodoeira desta área. No início do séc. XX a cidade de Ipu conheceu um grande surto de desenvolvimento alimentado pela economia algodoeira e pela estrada de ferro de Sobral, conquistando destaque econômico e político em toda a região norte e central do Estado. Nesta ocasião, as elites locais e regionais realizaram uma série de obras públicas patrocinadas pela “indústria da seca”, fornecendo recursos públicos para a execução de obras hídricas ou infra-estruturais que seriam úteis para o beneficiamento de grupos privilegiados ou para o atendimento da coletividade.

Contudo, paralelo ao crescimento do comércio e da produtividade agrícola, ocorreu o crescimento das periferias e dos subúrbios da cidade, trazendo para dentro do espaço “civilizado” da próspera “terra de Iracema” uma gama indesejada de moradores. O progresso material e econômico experimentado pela cidade veio acompanhado pelo caos e pelo aumento da miséria e da pobreza, provocado pela atração que a cidade exercia e pela migração que as secas de 1915, 1919 e 1932 provocaram, promovendo uma desestruturação da vida urbana no Ipu.

A construção da nova Igreja Matriz (iniciada em 1914, e concluída nos anos quarenta) ocorreu paralelamente ao inchaço das periferias e aos abalos sociais provocados pela atração de um grande contingente de pessoas pobres das fazendas e cidades próximas para o ambiente urbano e rural do Ipu. O progresso teve seu preço, e a cidade pagou por ele com um grande crescimento demográfico, o aumento da mendicância, da criminalidade, da prostituição e de uma série de epidemias, seguidas de um aumento da mortalidade, conforme obituário da Matriz. Verificamos que de tempos em tempos, dependendo das oscilações das chuvas ou da ocorrência de secas, doenças como cólera, sarampo, diarreia, varíola, tuberculose, gripe, dentre outras, fizeram dezenas, às vezes centenas, de vítimas pela cidade durante os surtos de propagação destas enfermidades. O objetivo do nosso trabalho é tentar compreender o uso político que o poder público e as elites econômicas da cidade de Ipu fizeram das secas de 1915, 1919 e 1932, para fomentar o desenvolvimento urbano e o progresso material da cidade e da região.

Trataremos dessas duas cidades dentro da mesma estrutura urbana: a cidade próspera e moderna, habitada pelas elites econômicas, que se espelhava nos modismos arquitetônicos e culturais dos centros de referência do país; sendo a cidade “ideal”; e uma outra, a cidade “real”, dos pobres, que era habitada por uma população paupérrima e desnutrida, morando em casas de taipa e de palha, vivendo miseravelmente nos terrenos acidentados e desocupados das margens do centro, próximos a açudes, riachos e pequenos córregos e ainda nos distritos mais distantes do município. O convívio entre estas duas “Ipus”, a próspera, dos comerciantes e fazendeiros, e a dos indigentes e despossuídos, não foi harmônico e nem pacífico; mas também não podemos dizer que tenha ocorrido um antagonismo aberto e explícito (ou uma “luta de classes”, como diria o marxismo tradicional). Todavia, não há como negar que havia um ambiente de tensão constante em

que os grupos antagônicos procuravam negociar constantemente a assistência e a repressão entre as partes.

Foram marcantes também as ações perpetradas pelo poder público para equilibrar as virtudes e os vícios da modernidade que se materializaram no cotidiano da cidade. Entre as soluções encontradas pelas elites para equilibrar a cidade real e a ideal, estão além da repressão policial, um conjunto de obras assistenciais que unia a sociedade civil e a Igreja numa ação conjunta, com o intuito de amparar aos pobres e miseráveis, visando a controlá-los, reeducá-los nos novos hábitos higiênicos e comportamentais típicos da vida moderna e produtiva.

Uma outra saída, foi a ocupação desses migrantes como trabalhadores nas obras públicas e privadas financiadas pelo Estado para socorrer as vítimas das secas, práticas que têm sido freqüentes na história do semi-árido brasileiro. Entre tais obras, estiveram: o prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, a construção da estrada de rodagem de São Benedito, açudes, pontes, prédios públicos, entre outras. As obras serviam na mesma medida para conter os problemas agravados pelas secas e para promover a modernização da cidade com um conjunto de obras de urbanização, propiciadas pelas modernas práticas de disciplinamento da população de migrantes, e pela rigorosa disciplina do trabalho produtivo. Do ponto de vista historiográfico, o nosso trabalho busca conciliar duas teses clássicas sobre a história das secas. Uma delas, defendida por Durval Muniz, Marta Emísia Barbosa e M^a. Antônia Adrião, ver a seca como “farsa”, uma invenção das elites “nordestinas” para carrear recursos do governo federal para a região. A outra, proposta por Kênia Rios e Frederico de Castro Neves, dentre outros, vêem a seca em sua vertente “tragédia”, em que a questão climática e a miséria humana aparecem em primeiro plano para o entendimento da problemática daquela realidade social. Trilharemos aqui ambos os caminhos, procurando conciliá-los na medida do possível, para, a partir daí, tirarmos um entendimento acerca da história do Ipu - Ce.

A Ferrovia

O início da construção da ferrovia de Sobral estava ligado à grande seca de 1877/79, momento pontual em que as elites políticas da região passam a fazer uso do *discurso da seca* para dar início a um arrojado projeto de construção de uma infra-estrutura vital para incrementar a produção algodoeira da região. Essas ações seriam essenciais para inserir a área dentro da dinâmica do mercado capitalista mundial.

As obras da ferrovia tiveram continuidade nos 16 anos seguintes, até que finalmente, em 1894, a meta de ligar o litoral norte à Serra da Ibiapaba e ao sertão central é atingida quando é inaugurada a Estação Ferroviária do Ipu: “*No dia em que se inaugura a estação de Ipu, vós, oh cidadãos ipuenses, deveis empenhar ao progresso a vossa atividade de tal sorte que (...) o sibilo da locomotiva lembrando-vos que não tendes direito a ociosidade, e sim obrigação ao trabalho (...)*”.⁴

Pela leitura da documentação acima, percebe-se que o apelo ao disciplinamento do mundo do trabalho e ao progresso estão presentes na motivação imediata daquela obra. A chegada da estação ferroviária ao Ipu significaria que esta região seria inserida dentro da dinâmica de forças do capitalismo mundial; oportunidade de crescimento que a sociedade e todos os seus habitantes teriam a “obrigação moral” de aproveitar, dedicando-se obstinadamente ao trabalho produtivo e ao desenvolvimento capitalista.

Nota-se a ligação direta de uma série de ações e obras públicas com o fim nítido de alavancar o comércio e a produção do algodão na área. Dentre elas podemos apontar: a inauguração “*no dia 31 de dezembro de 1882*” da “*estação de Sobral*”⁵; a elevação da “*Vila Nova do Ipu Grande*” à categoria de Cidade, “*em 25 de novembro de 1885*”⁶ e, finalmente, “*em 10 de outubro de 1894*” a inauguração do prédio da Estação do Ipu.⁷ Esta coincidência de datas e de eventos importantes vêm demonstrar aí uma orquestração de esforços com a intenção deliberada de preparar a região para a tão sonhada chegada do “progresso”, materializado com a construção da Estrada de Ferro.

Pegando “emprestado” as palavras do farmacêutico e memorialista Rodolfo Teófilo, podemos dizer que a Ipu deste tempo seria “*uma cidade nova, reedificada sobre as ruínas de uma casaria de palha e de taipas*”⁸ da Ipu antiga, se formos considerar apenas a parte nuclear da cidade que se queria “moderna” e “civilizada” ao final do século XIX e início do XX. A elegância e imponência do Prédio da Estação Ferroviária contrastam com

a pouca expressividade da cidade naquele momento, demonstrando aí ser um empreendimento para o “futuro”.

O progresso esperado para a cidade ainda não se materializara nos anos iniciais do novo século, pois para o Almanaque Ipuense de 1900, a cidade naquele momento “*E’ uma verdadeira aglomeração de casas baixas, mais estreitas numas partes e largas em outras (...) [Com] dous subúrbios denominados – Reino de França e Quatorze*”.⁹

Referindo-se ao mesmo processo de urbanização e desenvolvimento que teria ocorrido em Fortaleza nesta mesma data, Sebastião Rogério Ponte assim o descreve:

*Daí em diante, a paisagem urbana foi se modificando, ganhando, enfim, seus primeiros sobrados, belas casas e fachadas, alguns imponentes prédios públicos, calçamento nas vias principais, [...] e extensa rede de iluminação à gás carbônico. Lojas e cafés com nomes franceses, armazéns, oficinas e novos estabelecimentos comerciais ocuparam espaço nas ruas em volta da Praça do Ferreiro.*¹⁰

Em estilo neoclássico e moderno, a Estação Ferroviária do Ipu, construída por tecnologia e capitais ingleses, representava a inserção da região no cenário do moderno capitalismo monopolista mundial, na condição de espaço periférico, como produtora de matérias-primas para as indústrias das nações da Europa. A estação apresenta em suas proporções uma monumentalidade atípica em toda a zona norte, equiparando-se a estação camocinense, no extremo oposto da ferrovia, o que dá uma evidente dimensão do grau de importância que tal prédio teve para seus construtores e contemporâneos. Podemos dizer que a cidade de Ipu vivenciou, no início do século passado, um processo de urbanização e desenvolvimento semelhante ao experimentado por Fortaleza, Camocim e Sobral.

<u>ANO</u>	<u>POPULAÇÃO</u>
<u>1890</u>	<u>11.216</u>
<u>1900</u>	<u>13.263</u>
<u>1920</u>	<u>21.567</u>
<u>1940</u>	<u>30.014</u>

Apesar do surto de crescimento gerado pelos bons preços do algodão no cenário internacional, eram precários os recursos destinados à administração municipal naquele momento, de tal sorte que projetos de “melhoramentos urbanos” e de abastecimento de água, sonhados e administrados pela classe política local, quando saíram do papel, arrastaram-se por longos anos, ou foram concluídos graças ao auxílio proveniente para as secas de 1915 e 1919.

É novamente Eusébio quem nos diz: “*A fonte principal da renda do município consiste na arrecadação de impostos, tributados na razão direta da produção annual dos respectivos produtos locais*”; sendo que, segundo ele: “*As condições do município são as mais lisonjeiras possíveis*”, mas estes recursos, por mais “lisonjeiras” que fossem as condições do município, seriam insuficientes para bancar o processo de modernização do centro, pensado pelas elites. “*O principal ramo de actividade de seus habitantes resume-se na [...] criação e agricultura*”¹¹; os impostos daí provenientes mal dariam para custear as despesas básicas da comuna. Isto demonstra que o “aformoseamento” da cidade, com a construção de praças, jardins, prédios públicos e largas avenidas não passaria de um desejo das elites, se não fosse o uso informal de verbas esporádicas liberadas em ocasiões singulares, como as secas de 1915 e 1919.

As cidades

Mas apenas nos anos de 1910 e 1920 podemos notar de forma mais pontual e clara a chegada do “progresso” na *urbs* sertaneja, quando um novo traçado de ruas, avenidas, praças, casas comerciais e residenciais passou a ser elaborado. A prosperidade das elites econômicas da cidade aparece evidenciada em prédios públicos e privados construídos em sua maioria neste período. Uma elite letrada e bem vestida aparece fotografada nas páginas da “Revista dos Municípios” de 1929. Eram aqueles senhores e senhoras os beneficiários do “progresso” pensado ainda no século XIX e materializado parcialmente nas primeiras décadas do século XX.¹²

A vida das famílias pobres, agregadas às terras dos agropecuarista era bastante dura; trabalhando de sol-a-sol, na maioria das vezes apenas para ter acesso ao uso da terra; nunca podiam sair de uma situação de risco alimentar constante; com as oscilações da quadra invernos, tais famílias se viam na iminência de procurar trabalho nas penosas obras oficiais destinadas a transformar a seca em empreendimento. A dedicação à lavoura exportável do algodão, assim como o seqüestro de boa parte da colheita pelo proprietário acabava por deixá-las numa situação de fragilidade alimentar gritante e perigosa. A safra de bons invernos, com o armazenamento de parte da colheita da roça de subsistência, criando um estoque preventivo, usado pelas famílias sertanejas na prevenção da travessia de um ano ruim, nem sempre garantia a seguridade alimentar pretendida.

A cidade metamorfoseava-se com as mudanças trazidas pela ferrovia e pelo contato com outros centros e outros mercados. A máquina da locomotiva, tal qual um gigantesco espantalho de ferro e aço, comendo lenha, soltando fumaça e rasgando o isolamento natural do alto sertão da serra da Ibiapaba, assustava os matutos do interior como um dragão fantástico saído do livro do apocalipse, impondo-se pelo medo, pelo estranhamento e pela força avassaladora com que o progresso e a “civilização” se impuseram aos lugares “atrasados” da periferia do sistema capitalista.

No outro extremo, havia uma outra cidade: a cidade real. Podemos fazer menção aos desvalidos da fortuna, que se abrigando nas periferias, subúrbios e distritos da cidade,

vieram usufruir a tão falada modernidade de modo precário e marginal; inserindo-se na vida urbana do município como um problema a ser equacionado pelas políticas públicas e pelo assistencialismo perpetrado pelas elites. Eram pessoas egressas do latifúndio, famílias pobres de agricultores sem a posse da terra, que eram expulsas do campo pela exploração e pelas secas, e atraídas pelo pólo de urbanização e de atração, que naquele momento a cidade representava.

Mesmo com a modernidade e o crescimento pelos quais havia a cidade passado naquele período, não podemos esquecer jamais que aquele era um momento de transição, ocasião em que os valores tradicionais eram “afrouxados” com a chegada das novidades trazidas pelo progresso; e este progresso trazia em seu enalço uma gama significativa de problemas. A chegada de novos valores implica necessariamente a geração de um ambiente conflitivo em que as mudanças gerariam uma insatisfação e um amedrontamento perante o “novo” se fazia sentir. Se o progresso representava a chegada do “novo”, ele também representava muita insatisfação e medo diante deste “novo” que se materializava negando o tradicional e o antigo, que servia de argamassa para a sociedade e seus agentes na intermediação dos conflitos e confrontos presentes num ambiente onde prevaleciam privilégios de poucos e fome e miséria de muitos. A mudança veio afrouxar os laços de dependência e de reciprocidade existentes entre as classes sociais deste ambiente.

As cabanas de taipas ou de palha “*disseminadas nos subúrbios*” da “cidade real”, habitadas pela “classe mais baixa”, representaria a negação da “cidade ideal”, pensada e almejada pelas elites. A “cidade real” violava, aos olhos das classes privilegiadas, os padrões estéticos e arquitetônicos propagados como “modernos”, “civilizados” ou “progressistas” pelos habitantes da “cidade ideal”. Herdeiras de técnicas arquitetônicas simplistas de negros, indígenas, mamelucos ou brancos-pobres, populações paupérrimas que viviam gravitando em torno das fazendas, vilas e cidades dos vastos sertões do país, estas construções rústicas, sem qualquer arrojo decorativo ou arquitetônico, visavam a nada mais do que o mais simples abrigo das intempéries. Feitas com toras de oiticica, carnaúba, pau-branco, sabiá, marmeleiro e outras espécies mais nobres do semi-árido, amarradas com varas de cipó no sentido horizontal e unidas geralmente com o barro vermelho encontrado abundantemente em qualquer terreno da cidade, estas taperas

desafiavam a estética moderna e as regras da higiene defendidas pelos “agentes da civilização”.

As casas de taipa dos subúrbios do Ipu denunciavam as dificuldades para se atingir a “cidade civilizada e moderna”, sonhada e defendida por homens como Eusébio de Sousa, Abílio Martins, Thomaz Corrêa, Joaquim Lima, Oswaldo Araújo, dentre outros representantes das elites econômicas locais (todos são constantemente citados na *Revista dos munípios*, apresentados como membros da elite local, fazendo parte da *Associação Commercial*, das *Conferências Vicentinas*, do *Grêmio Recreativo Ipuense* etc.). E é por isso que se nota na fala de Eusébio uma certa frustração ao descrever o município em 1916: “*Como toda cidade sertaneja, onde parece que as mais comensinas regras da architectura moderna são desconhecidas, o Ipu, pecca pela falta absoluta de esthetica em sua construção*”.¹³

A Sociedade São Vicente de Paulo ligava-se às ações da Igreja católica na capital e no interior do estado, assim como à capital francesa, modelo maior de “civilização” a ser seguido naquele momento. As cidades buscam “aformosarem-se”, tal como a “civilizada” Europa. Esse processo de “aformoseamento” é referido pelo historiador Sebastião Rogério Ponte em “*Fortaleza Belle Epoque*”¹⁴, livro em que o autor trata da chegada da modernidade à capital cearense, assim como do processo de aburguesamento que Fortaleza experimentou no final do séc. XIX para o início do séc. XX. No Ipu isso se traduz na imitação da estética urbana em moda na capital e em cidades como Recife, Rio de Janeiro e outras.

O engajamento de parte da elite e da Igreja em “ações pias” significa que o crescimento da pobreza e da mendicância naquele momento, de alguma forma, ameaçava essa sociedade. Podemos supor que as ações de caridade vieram se intensificar nos momentos de crise climática, já que o número de óbitos também crescia nesse período, conforme registra o obituário em poder da Igreja Matriz do Ipu, referente aos anos de 1916 a 1923:

Aos vinte quatro dias do mez de novembro de mil novecentos e desenove, no lugar “Olho d’aguinha [distrito do Ipu] faleceu em consequencia de inanição Antonia com vinte cinco anos de idade, solteira (...)

*Aos vinte e dois dias do mez de Agosto, de mil novecentos vinte faleceu, em consequencia, de fome, a menor Raimunda com sete anos de idade (...).*¹⁵

A fome crônica apresentada na fonte anterior, da qual eram vítimas algumas pessoas da periferia e dos distritos da cidade, além de ferir frontalmente o senso moral cristão das elites, que procurava encobri-la ou ampará-la na pretensão de “civilizar” o espaço da cidade, era uma prova cabal que vem demonstrar as falhas no discurso dos agentes do progresso; a “cidade próspera” deixava aí antever sua face de “cidade precária”.

Mais do que abrigar migrantes e/ou remediar doenças, eram necessárias medidas mais efetivas no sentido de ocupar essas pessoas em situação social precária, criando as condições materiais em que tais indivíduos encontrem um lugar na cidade, na condição de contribuintes para a modernização e para o seu progresso. E é aí que entra em cena a famosa “indústria das secas”, ocasião em que as elites políticas locais, em aliança com as elites estaduais, intensificaram as ações de aproveitamento da mão-de-obra dos “flagelados da seca” no projeto de modernização do ambiente urbano da cidade.

A indústria da seca

Em nenhum momento da história do Ipu a seca fora usada de forma tão explícita como fonte geratriz do “progresso” e da urbanização da cidade, como em 1932: “*Orça em cerca de quinze mil metros o número de calçamentos espalhados pela cidade, e que foram feitos na administração revolucionária*”, diz-nos o então prefeito Joaquim Lima; continuando: “*De julho de 1932 a fevereiro de 1933 estive á frente do grande trabalho (...). Chegou a nove mil o número de flagelados que (...) convergiam de toda a zona e dos Estados vizinhos*”¹⁶. É possível que o prefeito tenha feito uso político e clientelista das verbas e dos recursos destinados a assistir aos famintos (pois a “indústria da seca” também pressupõe essa prática): “*A ração diminuiu e piorou, o gado que compravam era magro, doente, até mordido de cobra ou envenenado de tinguí... Uma roubalheira! O prefeito enchendo o bucho e o dos amigos, à custa dos pobres!*”¹⁷.

Graças aos esforços dos habitantes do Campo de Concentração, as principais ruas do centro da cidade foram calçadas, uma nova cadeia fora construída e muitos outros melhoramentos urbanos foram implementados, como poços profundos e chafarizes públicos.

A cidade via a seca como oportunidade de desenvolvimento; mas não podemos esquecer que mais do que significar “dinheiro” e “braços” para financiar o “progresso” e garantir privilégios clientelistas para a facção dominante, a seca e o Campo de Concentração do Ipu vieram significar também uma séria ameaça à saúde, à ordem pública e a seu status de cidade “civilizada” e moderna. Entendemos isto se levarmos em conta a ideologia arbitrária do Estado Interventorial que passou a agir mais pontualmente no ambiente social e político dos sertões a partir da chamada “Revolução de Trinta”, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central.

O obituário da Matriz da cidade, assim como o livro escrito pelo ex-prefeito Joaquim Lima referindo-se àquela ocasião, dá conta da cidade enfrentar naquela ocasião uma séria crise alimentar, sanitária e de disciplina, principalmente quando o número de “flagelados” assistidos no Campo de Concentração do Ipu superava, em muito, a medida do comportável e do administrável:

O Comboio[do trem] apanhava mais flagelados em cada estação – Pinheiro, Nova Russas, Ipueiras. Nos vagões se confundiam homens, mulheres, meninos e velhos (...) em promiscuidade, os sadios e os doentes – Tuberculosos, epiléticos, assezoados, até loucos (...).¹⁸

Mas, qual a relação da cidade com o Campo de Concentração? Quem eram essas pessoas? De onde Vieram? Qual a relação deles com a população da cidade e com seus habitantes? É importante dizer que para a administração do município não houve uma diferenciação muito clara entre os moradores da cidade e os “hóspedes” do Campo de Concentração. Havia mesmo o alargamento dos números oficiais no sentido de direcionar os recursos da seca para assistir a clientela dos moradores da cidade. Segundo Castro Neves haveria cerca de 7000 pessoas no Campo de Concentração do Ipu. Já para o prefeito, este número seria de cerca de 9000. A disparidade aponta para o uso político e assistencialista que a administração municipal fez das verbas destinadas a socorrer aos concentrados.

O “novo receituário”, representado por uma interdição mais radical na sociedade conflituosa, interferindo na seca e disciplinando suas “vítimas” de maneira “dinâmica” e

“eficiente” no cenário do estado, não veio representar uma ruptura com os métodos tradicionais, ao contrário, o Campo de Concentração constituiu um refinamento das políticas públicas de contenção dos problemas das secas e financiamento do “desenvolvimento” regional através do combate à estiagem.

A seca se transforma na principal ferramenta de barganha das elites regionais para a obtenção de recursos federais que seriam vitais para o processo de urbanização e de desenvolvimento nas maiores e mais importantes cidades e vilas do Ceará. Ao lado da famigerada “indústria da seca”, quando as verbas oficiais iriam alimentar o clientelismo e o assistencialismo das elites estaduais, tivemos também o uso da seca para conquistar recursos vitais para a construção de obras de abastecimento da população dos maiores e mais dinâmicos núcleos populacionais dos sertões do Ceará.

É dentro desta prática que procuramos “enquadrar” o conjunto de ações e de políticas públicas executadas pelas elites do Ipu no sentido de urbanizar, abastecer com reservatórios de água, construir estradas, poços, prédios públicos etc, transformando a seca em oportunidade, e a miséria em atrativo de investimentos federais.

Dentro desta equação, a ambigüidade está justamente no sentido que a sociedade passaria a dar à seca. Como poderia a elite local reivindicar para o Ipu a condição de “cidade civilizada” se era justamente pela construção do discurso de “eterna vítima” da “barbárie da seca” que a cidade conseguia verbas para investir em seu progresso e em sua urbanização?

Mais do que um agente desestabilizador, a seca, desde o último quartel do séc. XIX, foi transformada em um significativo “agente do progresso”; pois fora por intermédio dela que as elites locais, em aliança com as elites estaduais, deram início e conduziram a maioria das mais significativas obras de saneamento, fornecimento de água para consumo humano e animal, pavimentação de estradas e ruas, ou para alimentar o clientelismo e o assistencialismo político tão característico em nosso meio social, mesmo hoje em dia.

Por ser Ipu um pólo de desenvolvimento econômico na região, atraiu desde o final do século dezenove e nas primeiras décadas do século vinte um significativo número de pessoas para vir morar em suas periferias, distritos e subúrbios. O aumento populacional, juntamente com uma relativa prosperidade econômica verificada principalmente nos anos vinte, trouxe para a cidade a necessidade da implementação de políticas públicas no sentido de conter e controlar os pobres da localidade. Somando-se a esses fatores os anseios por progresso e por

modernidade verificados por suas elites, podemos compreender as metamorfoses pelas quais passaram os espaços urbanos da cidade nos anos iniciais do século vinte.

À concentração das terras e das rendas nas mãos das elites locais vinha somar-se à manipulação das verbas públicas para o beneficiamento de propriedades privadas, dirigindo a ação do Estado para o favorecimento de alguns grupos e famílias tradicionalmente detentoras do poder político no município. Era visando ao socorro do gado dos grandes fazendeiros que muitos açudes públicos do município foram construídos.

Represadas desde a quadra invernososa, as águas dos açudes públicos destinadas ao abastecimento humano, expostas ao sol e aos agentes químicos e biológicos, eram fontes de transmissão de uma gama significativa de doenças, como a “*colerissa*”¹⁹, diarreias, sarampo, dentre outras. De preciosa e essencial, a água se transformava em um poderoso agente do caos, pois graças à propagação destas epidemias, a população vivia momentos de pânico e de incertezas em intervalos constantes de tempo. Bem mais grave do que a fome crônica e o retraimento do comércio de gêneros alimentícios, as epidemias da água grassavam gerando centenas de vítimas dentre os anos 1915 a 1921, principalmente entre as crianças e os idosos.

A incrível mortalidade verificada nesta pesquisa em 1920, motivada principalmente por cólera, surgiu graças às precárias condições sanitárias da população. Contraditoriamente, a década de 1920 veio representar o apogeu da cotonicultura e do desenvolvimento gerado pelo comércio promovido pela estrada de ferro de Sobral. A estabilidade climática e os bons preços no mercado internacional alcançados pelo algodão geram na cidade uma onda de otimismo e de desenvolvimento material sem precedentes; e a já referida classe comerciária local, no auge de sua prosperidade, destaca-se na política e no refinamento de seus modos, assim como com seus projetos de urbanização e medidas de saneamentos mais requintadas.

A solução para os problemas sanitários só viria se delinear durante os anos trinta, quando as questões de higiene pública e de combate às epidemias já estarão melhor definidas. Contudo, a década de 1930 veio trazer instabilidades na política e no clima. É dentro desse jogo de forças que veio a ocorrer a seca de 1932; momento em que o Estado vai novamente intervir com o propósito de transformar os socorros públicos em “empreendimento oficial”, convertendo a ajuda às suas vítimas em projetos para a açudagem, a abertura de estradas, ou para o aproveitamento da mão-de-obra dos “flagelados” em serviços de melhoramento urbano do município.

Além da fome e da escassez de alimentos geradas pela falta de chuvas, longa marcha de famílias inteiras em busca de trabalho nas “obras do governo” ajudava a espalhar o drama humano para além do ambiente afetado, espalhando doenças com o cólera, sarampo, varíola, tuberculose etc. entre populações antes saudáveis. É necessário dizer que a seca, em si mesma, era apenas um agravante dessas condições, mas não era acertadamente a “única vilã” desta história. Mais do que a seca, a forma de combatê-la, transformando-a em “empreendimento”, e as condições precárias de vida de uma significativa parcela da população, são, sem dúvidas, um somatório de causas e efeitos que fora o responsável direto pelos altos índices de mortalidade verificados na cidade naquele momento.

Conclusão

Se a seca se prestava principalmente como oportunidade para as elites políticas estaduais e locais incrementarem as obras infra-estruturais, como açudes, rodagens, ferrovias, prédios públicos melhoramentos urbanos, ela era um “bom negócio” para boa parte da sociedade que a suportava. Salvo em alguns aspectos negativos (como a mortalidade do gado, a migração da mão-de-obra, aumento da pressão sobre os ricos e suas propriedades etc.), a seca representou principalmente oportunidade de execução e conclusão de obras públicas vitais a toda a economia local. A seca possuía assim uma ambivalência em sua natureza: de um lado ela era um agente do “progresso” e da rede de assistência do paternalismo típico de nossa sociedade; e de outro ela representava uma ameaça direta a esse progresso, com o aumento da criminalidade, da propagação de epidemias, ou de outras mazelas geradas ou agravadas pela estiagem.

A nossa tese é de que se há uma farsa na seca, está apenas no exagero discursivo que se faz dela. Os problemas dos sertões nordestinos existem para além das secas, mas são inegavelmente agravados por elas. Nesse sentido, a seca foi uma tragédia que as elites regionais não pretenderam solucionar na medida em que era através dela que as elites angariariam os recursos necessários a seus projetos de dominação política e econômica. As medidas implementadas com os recursos destinados a esse fim não visavam solução definitiva de tais problemas, mas apenas buscavam socorrer temporariamente as supostas “vítimas da seca” enquanto as convertiam em mão-de-obra nos projetos de modernização da região.

¹NOTAS

Este artigo é parte da monografia de Especialização apresentada ao programa de pós-graduação (lato sensu) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) em maio de 2007.

² O autor é especialista em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

³ A orientadora é Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

⁴ Manuscrito referente à inauguração da Estação ferroviária de Ipu, em 1894, pertencente ao acervo particular da senhora Maria do Socorro Paz; segundo ela, apresentado por ocasião da inauguração da Estação do Ipu.

⁵ OLIVEIRA, André Frota de. Op. Cit. p.90.

⁶ MELLO, Maria Valdemira Coelho. Ipu em três Épocas. Popular editora LTDA, Fortaleza. (sem data de lançamento; Entre 1982 a 1986). p. 17.

⁷ OLIVEIRA, op. Cit. p.99.

⁸ TEÓFILO, Rodolfo, A Fome; Violação; ORG. Atual. E notas por Otacílio Colares.- Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1979. p. 98.

⁹ Almanak Ipuense; de 1900, p. 51.

¹⁰ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)*. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. p. 14.

¹¹ SOUZA, Eusebio de. Um Pouco de História. (Chronica do Ipu); p. 14; Fevereiro de 1915. Documentação digitalizada por Jorge Luiz Ferreira Lima, em dezembro de 2005, a partir dos originais do professor Francisca (Melo) de Assis Martins.

¹² Sousa, Eusébio de. Revista dos Municípios. ANNO 1, N° 1, Fevereiro de 1929; acervo particular do professor Francisco de Assis Martins.

¹³ Teófilo, Rodolfo. A seca de 1915. Ob. cit. p. 17.

¹⁴ PONTE, Sebastião Rogério. Op. cit.

¹⁵ Livros de Óbito Igreja matriz de Ipu; de 1916 a 1920 (n° 73) e de 1920 a 1923. p. 23.

¹⁶ LIMA, Joaquim. Op.. Cit. (sem paginação).

¹⁷ Martins, Francisco Magalhães. Contos. p.. 17. (Editora desconhecida).

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Era assim que as pessoas se referiam naquele momento à cólera, segundo o obituário da matriz de Ipu.